

Indicadores Económicos & Financeiros

Junho 2011



Banco de Cabo Verde

Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos

Banco de Cabo Verde

Indicadores Económicos

&

Financeiros

Junho / 2011

BANCO DE CABO VERDE

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Avenida Amílcar Cabral, 27

CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde

Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197

<http://www.bcv.cv>

Impressão e Distribuição

Departamento de Recursos Humanos e Administração

Área de Informação, Documentação e Arquivo

Tiragem

100 Exemplares

ÍNDICE

Indicadores Internacionais

Área do Euro	15
EUA	17

Economia Nacional

Indicadores de Actividade	18
Indicadores de Consumo, Investimento e Comércio Externo	19
Indicadores de Inflação	20
Principais Indicadores Monetários e Financeiros	21
Operações de Política Monetária	22

SÍNTESE DE CONJUNTURA

Enquadramento Internacional

O ritmo de crescimento da actividade económica global desacelerou em Junho, após uma modesta recuperação em Maio. O *JP Morgan All Industry Output Index* decresceu 0,9%, para o segundo valor mais baixo desde o início da recuperação global (52,2), em resultado dos desempenhos menos favoráveis dos sectores industriais e de serviços. Registe-se que a taxa de crescimento da produção industrial abrandou pelo 4º mês consecutivo, para o valor mais fraco desde Junho de 2009. Igualmente, após a expansão de Maio, a actividade no sector dos serviços desacelerou ligeiramente em Junho. A média trimestral do indicador global foi de 52,3, que compara ao valor máximo (57,3) do período pós-recessão, registado no 1º trimestre.

Dados nacionais revelam uma moderação generalizada da actividade económica. A taxa de crescimento do *All Industry Index* desacelerou para mínimos de 22 meses nos EUA e para mínimos de 20 meses na Área do Euro. Na Zona Euro, a recuperação permaneceu assimétrica, com os sólidos crescimentos da Alema-

nha e da França a contrastarem com as novas contracções da Itália e da Espanha.

Os BRIC também registaram um abrandamento no seu ritmo de expansão. O sector industrial da China registou o menor crescimento dos últimos 27 meses, enquanto o crescimento produção industrial e a actividade do sector dos serviços na Índia, Brasil e Rússia, diminuíram, respectivamente, para mínimos de 9,8 e 7 meses.¹

O *All Industry Employment* aponta para melhorias no mercado de trabalho, pelo 5º mês consecutivo, em Junho, com o aumento do número de postos de trabalho estimado na ordem dos 0,1%.

O mês de Junho ficou, também, marcado pela inversão da tendência de decréscimo do preço das matérias primas. Estas, cresceram em média 4,6%, embora à taxa mais fraca desde Setembro último.

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o ritmo de recuperação abrandou nos últimos meses e as condições de mercado

de trabalho pioraram. No 2º trimestre, a produção industrial cresceu 3,8% em termos homólogos, o que representa um abrandamento de 1,6 pontos percentuais, relativamente ao primeiro trimestre. Parcialmente explicado pela escassez de componentes especializadas para a indústria de auto-motora, fornecidas pelo Japão, e por condições meteorológicas severas, a produção industrial dos EUA registou contínuos abrandamentos, desde Abril. Enquanto indicador do consumo privado, as vendas no comércio a retalho, embora acelerando ligeiramente em Junho, registaram um abrandamento de 0,5 pontos percentuais, em termos homólogos, no 2º trimestre. O aumento das taxas de desemprego, bem como a redução do rendimento real disponível das famílias, em função do aumento dos preços no consumidor, poderão explicar a desaceleração dos gastos das famílias.

A taxa de desemprego permaneceu com um perfil ascendente, depois do mercado de trabalho ter inflectido a sua tendência de melhoria, em Abril. Em Junho, a taxa de desemprego situou-se nos 9,2% da população activa, 0,1 pontos percentuais acima do valor registado em Maio e 0,4 pontos percentuais

acima do valor registado em Março. No sector privado, a tendência de criação de empregos manteve-se em desaceleração face à média dos primeiros três meses do ano, enquanto no sector público a tendência de decréscimo da oferta de empregos persistiu.² De acordo com a *Federal Reserve*, tanto o desemprego de longa duração como o emprego em tempo parcial mantém-se muito elevados. Neste cenário e ante a perspectiva de evolução da *core inflation* (1,6% em Junho), em linha com as expectativas de evolução da inflação de longo prazo, a Autoridade Monetária decidiu manter inalterada a sua taxa de juro de referência.³

De acordo com o *Bureau of Economic Analysis*, o défice comercial aumentou para o nível mais elevado dos últimos 3 anos, determinado principalmente pela aceleração das importações de matérias-primas transformadas para indústria, bens de capital e de veículos e motores. As exportações registaram uma redução dos valores recordes de Abril, em 0,6%. Por seu turno, o défice do Governo Federal atingiu 970,5 mil milhões de dólares, nos primeiros nove meses do ano fiscal que começou em Setembro de 2010, decrescendo cerca de 33% relativamente ao período homólogo.

Zona Euro

As informações disponíveis sugerem uma contínua desaceleração da actividade económica na Área do Euro, depois do desempenho positivo do 1º trimestre.⁴ A produção industrial desacelerou, tanto em termos homólogos, como em termos mensais em Maio, em 0,7 e 0,3 pontos percentuais respectivamente, enquanto o volume de vendas no comércio a retalho reduziu 1,1% e 1,9%, respectivamente, em termos mensais e homólogos.

A taxa de desemprego manteve-se nos 9,9% da população activa, em Maio, enquanto a inflação desacelerou para 2,7% em termos homólogos (2,8% em Abril). As estimativas preliminares apontam para a estabilização da inflação homóloga em torno dos 2,7% em Junho, reflectindo uma ligeira desaceleração do preço dos bens alimentares não transformados de 2,4% para 2,0%.

Na reunião de 7 de Julho, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu aumentar, pela segunda vez este ano, as taxas de referências em 25 pontos base, passando a taxa de juro aplicável às operações de refinanciamento a 1,50% e as taxas de facilidade perma-

nente de absorção e de cedência de liquidez a 0,75% e 2,25%, respectivamente. O Conselho justificou o ajustamento, da actual orientação acomodaticia da política monetária, com os riscos ascendentes para a estabilidade de preços.

A conjuntura financeira e orçamental da Zona Euro permaneceu, ao longo do mês de Junho e até a 3ª semana de Julho, consideravelmente instável. A situação financeira débil da Grécia estimulou os receios quanto à solidez e eficácia dos compromissos assumidos para a consolidação orçamental dos outros países que recorreram ao auxílio do Fundo Europeu para Estabilização Financeira (FEEF) e sobre a necessidade de eventuais *bailouts* da Itália e da Espanha.⁵ Em consequência, a remuneração do risco dos investidores acelerou e os mercados de capitais ressentiram grandemente. No mercado secundário, os juros da dívida soberana dos países resgatados, bem como da Itália e da Espanha, renovaram continuamente os máximos históricos nos prazos mais curtos. No mercado de capitais, os *selloff* de títulos da dívida pública e das acções das instituições europeias que viram a sua notação de risco rebaixado para *junk bonds*, resultaram em perdas massivas na segunda semana de Julho, perdas estas também impulsionadas pela inde-

finição política sobre o aumento do limite de endividamento público nos EUA.

No entanto, com o acordo do Conselho da União Europeia a 21 de Julho, sobre um novo plano de auxílio financeiro para a Grécia, que ascende a 109 mil milhões de euros, em condições de reembolso mais favoráveis, extensível aos actuais empréstimos do FEEF, em utilização; e com o anúncio de medidas visando a flexibilização e a melhoria da eficácia do FEEF, bem como o reforço da governação económica da região monetária, os mercados registaram ganhos assinaláveis (os europeus mais de 2%) e as taxas de juro no mercado secundário e os *spreads* dos *credit default swaps* dos países mais vulneráveis recuaram.

No mercado cambial, o euro apreciou 0,4% em termos médios em Junho, após uma depreciação de 0,8% em Maio. A ligeira tendência de apreciação do Euro inverteu-se na segunda semana de Julho quando registou uma significativa depreciação (1% em média de 30 de Junho a 20 de Julho), em função dos desenvolvimentos nos mercados da dívida soberana. Na sessão seguinte à reunião do Conselho Europeu do dia 21 de Julho, o euro apreciou mais de 1%.

Mercado das Matérias Primas

O preço internacional do petróleo esteve, ao longo do último mês e meio, muito vulnerável aos acontecimentos financeiros na Área do Euro e nos EUA. Evidenciou um movimento de redução durante as primeiras semanas de Junho, com a perspectiva de um abrandamento significativo dos países avançados, tendo posteriormente registado uma correcção no sentido ascendente, com o prenuncio do novo resgate da Grécia, a notícia da queda das reservas de petróleo dos EUA e o aumento do consumo da China. Com efeito, depois de ter registado uma ligeira queda em termos médios em Junho (-0,4%), o *brent* valorizou 2,1% de finais de Junho a 20 de Julho.

Em Junho, o *monthly food price index* da *Food and Agriculture Organization* (FAO) registou um novo aumento (2,5%), depois de dois meses sucessivos de redução. A evolução do preços do índice de preços dos bens alimentares foi determinado pelo aumento do preço do açúcar (14,6%).⁶ De acordo com a FAO, o aumento do preço do açúcar reflecte a dinâmica de curto prazo da procura, num contexto de redução das disponibilidades de exportação, nomeadamente do Brasil, o maior produtor mundial.

O Fundo Monetário Internacional reviu em baixa as suas projecções de Abril de 2011 em 0,1 pontos percentuais, sustentando-se na *performance* mais fraca dos países avançados, no primeiro semestre. A fragilidade inesperada dos EUA, a renovada volatilidade financeira, motivada pelos receios quanto à severidade dos desafios orçamentais dos países mais vulneráveis da Zona Euro e os efeitos devastadores na produção e no sentimento do consumidor do sismo e tsunami do Japão justificam o desempenho menos favorável dos países avançados, na perspectiva do FMI.

Actividade Económica Nacional

Indicadores da Procura

Os indicadores da procura, calculados pelo Banco de Cabo Verde, apontam para uma tendência de abrandamento da procura interna no segundo trimestre do ano.⁷ Em termos homólogos, o indicador do consumo voltou a desacelerar em Junho, em 4,3 pontos percentuais, depois de ter abrandado 4,1 pontos percentuais em Maio. Para o comportamento do indicador contribuiu, por um lado, a desaceleração das importações de bens de consumo não duradouros, de

25,9% para 18%, e, por outro, a redução das importações de bens de consumo duradouros na ordem dos 36% (-40,3% em Maio e - 36,3% em Abril).

A evolução dos indicadores de investimento, igualmente, sugere um abrandamento no ritmo de crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF). As importações de bens de equipamentos, ajustadas da sazonalidade, acentuaram a tendência de decréscimo que vinham observando desde o trimestre terminado em Maio, enquanto as importações de bens de construção desaceleraram em 0,3 pontos percentuais para 1,4%. Com uma evolução contrária, as importações de materiais de transporte cresceram 24,7% em termos homólogos no 2º trimestre (1% no trimestre terminado em Maio).

Em termos acumulados de Janeiro a Junho, o indicador do consumo cresceu 5% e o da FBCF investimento 5,4%, em termos homólogos.

Informações provisórias sugerem uma desaceleração da procura externa, em Junho. O indicador estimado pelo Banco de Cabo Verde registou um redução homóloga de 5,2%, que compara ao aumento de 0,9% registado em Maio. Em termos acumulados, o

indicador sugere um aumento da procura externa, até Junho, na ordem dos 3,5%.

Do lado da oferta, o indicador de clima económico produzido pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sugere, igualmente, um abrandamento da actividade económica no 2º trimestre de 2011. O indicador, que reflecte as expectativas dos operadores económicos nacionais, inverteu a tendência ascendente dos últimos três trimestres, fixando-se em 1 ponto base abaixo do valor registado no trimestre homólogo. A evolução pouco favorável dos indicadores de confiança de quase todos os sectores avaliados concorreram para o comportamento menos favorável do clima económico no período. De destacar a evolução do índice de confiança no sector da construção, que registou o valor mais baixo dos últimos 25 trimestres. A redução da carteira de encomendas e as perspectivas negativas relativamente à evolução do volume de negócios, emprego e preços explicam a avaliação do sector, no período. O índice de confiança no turismo evoluiu positivamente, contudo, quer face ao trimestre anterior, quer face ao trimestre homólogo. Não obstante, o índice mantêm-se abaixo da média da série, pelo 12º trimestre consecutivo.

Inflação

Os preços mantiveram um perfil ascendente, em Junho. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) cresceu em termos médios anuais 3,7%, 0,2 pontos percentuais acima da variação registada em Maio.

Em termos mensais, a inflação foi de 0,7%, que compara à variação negativa dos preços em Maio, em 0,1%. A inflação mensal de Junho é explicada principalmente pela tendência ascendente dos preços da classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (+1,4%). Os subgrupos que mais contribuíram para o aumento do IPC da classe com maior peso no cabaz de consumo nacional foram os produtos hortícolas, cuja evolução estará relacionada com algum efeito sazonal da produção doméstica; açúcar, doces de fruta, produtos de confeitaria; e leite e seus derivados e ovos.

A taxa de inflação homóloga atingiu os 5,3%, valor superior ao registado no mês anterior em 0,1 pontos percentuais. Em termos homólogos, os preços das classes alimentares e bebidas não alcoólicas e dos transportes aceleraram em 1,1 e 0,2 pontos percentuais respectivamente, determinando a evolução do

IPC. A variação homóloga das classes dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e de rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis atingiram 6,6% e 8,5% em Junho, o que compara às variações de 1,6% e 4,0%, observadas em Junho de 2010.

A inflação subjacente, calculada a partir do IPC excluindo os bens alimentares não transformados e os bens energéticos, desacelerou 0,2 pontos percentuais para 4,7%.

Contas Externas

O défice da balança de mercadorias voltou a acelerar em Junho.⁸ Impulsionado pelo aumento homólogo das importações em 18% e pelo abrandamento do ritmo de crescimento das exportações em cerca de 15 pontos percentuais, o défice da balança de mercadorias aumentou 16% (5,9% no trimestre terminado em Maio e 18,7% no 1º trimestre).

O efeito preço foi determinante para a aceleração das importações em Junho. Registe-se que em volume as importações cresceram 5,7%, principalmente devido à contínua dinâmica das importações de combustível, que cresceram 51,7% em volume depois de terem aumentado de 38,8% no mês anterior. As importações de bens de capital registaram, igualmente, um significativo aumento

(14,9% em volume e 36,8% em valor), enquanto as importações de bens de consumo e de bens intermédios mantiveram um perfil descendente, diminuindo 11,8% e 3%, respectivamente em volume.

Em termos trimestrais as importações desaceleraram dos 20,8% registados no primeiro trimestre para 18%. Em média, a inflação importada permaneceu em torno dos 12%, em termos homólogos. Em termos acumulados, até o final de Junho, a importação de bens registou um aumento homólogo de 6,7% em volume e 24,2% em valor.

As exportações aumentaram em termos homólogos 45,3% em Junho, abrandando 15 pontos percentuais relativamente a Maio e 10 pontos percentuais relativamente ao 1º trimestre. A desaceleração do ritmo de crescimento das importações nos últimos três meses foi determinado pelo comportamento tanto de pescado como de calçado e vestuário, que acusaram abrandamentos na ordem de 21 e 4,8 pontos percentuais, respectivamente.

De Janeiro a Junho as exportações de bens tradicionais e transformados cresceram 49,2% em termos homólogos. As exportações de pescado, em particular, cresceram 64,1%.

Não obstante, o desempenho bastante favorável das exportações de mercadorias, nota-se uma concentração acrescida no mercado da Zona Euro. As exportações para os países da Área do Euro aumentaram 51,4%, nos primeiros seis meses do ano, principalmente para Espanha (em cerca de 51%), enquanto as exportações para os EUA e para os Estados membros da CEDEAO caíram, respectivamente, 55,8% e 34%.

As remessas de emigrantes cresceram 32,2% em termos homólogos em Junho (33,7% em Maio e 27,4% em Abril). As remessas provenientes da Zona Euro cresceram de 39,1%, de Portugal 59,5% (59% em Maio) e da França 20% (25% em Maio). Parcialmente justificado pela flutuação cambial, as remessas provenientes dos EUA diminuíram 13%. Refira-se que no mesmo período do ano anterior, a cotação do dólar americano face ao euro era superior à actual tendência em cerca de 13%.

As transferências unilaterais oficiais continuam com uma tendência decrescente. Os donativos correntes concedidos em divisas às entidades públicas (Governo Geral) diminuíram 21,5% em termos homólogos (-16,5% em Maio), enquanto os donativos de capital caíram 91,8%, com o término dos projectos financiados pelo 1º compacto do *Millenium Challenge Account*.

Os desembolsos líquidos da dívida pública externa mais do que duplicaram no trimestre terminado em Junho, passando de 2.031 a 4.603 milhões de escudos. Os influ- xos dos últimos três meses destinaram-se, sobretudo, a projectos de construção e expansão de portos. Em termos homólogos do início do ano a finais de Junho, os influxos financeiros a favor do Governo Central aumentaram 30,4%.

Informações provisórias apontam para uma contínua redução dos influxos de investimento externo. Os influ- xos de investimento directo estrangeiro diminuíram 67% em termos homólogos no trimestre terminado em Junho (56% em Maio). Para tal evolução concorreram a redu- ção tanto dos investimentos imobiliários (113%) como dos investimentos dos emigrantes (25,3%). Em termos acumulados, o IDE reduziu 54,9% em termos homólogos, no primeiro semestre do ano.

Situação Orçamental

A situação orçamental voltou a deteriorar-se em Junho. De acordo com as informações provisórias do Ministério das Finanças, o saldo orçamental registou um agrava- mento relativamente ao período homólogo de 1 ponto percentual do PIB, fixando o *deficit* em 7.786 milhões de

escudos. Igualmente, em termos do PIB o saldo corrente primário reduziu 0,2 pontos percentuais. O comporta- mento das contas públicas em Junho reflecte, em grande medida, a aceleração das despesas (15,8%), principal- mente devido à execução do programa de investimentos públicos (em 39,7% do valor orçamentado), num quadro de crescimento moderado das receitas (2%).

As receitas fiscais aumentaram 11,4%, em termos homólogos (12,5% em Maio). Para o ligeiro abrandamento das receitas fiscais contribuíram a desaceleração nas arrecadações tanto dos impostos directos (de 6,6% para 5,4%) como também dos impostos sobre o valor acrescentado (de 13% para 11,3%) e sobre bens e servi- ços (em 5,1 pontos percentuais).

Os donativos ao Governo de Cabo Verde reduziram expressivamente em termos homólogos (-42,9%), rela- cionados com algum atraso nos desembolsos da ajuda orçamental. Refira-se, ainda, à queda de 49,6%, em termos homólogos, dos donativos destinados aos projec- tos de investimento.

As despesas correntes aumentaram 9,5% face ao perí- odo homólogo (10,4% em Maio). O aumento das despe- sas de funcionamento da administração central reflecte

o efeito conjugado da duplicação dos subsídios e do aumento em 6,6% das transferências às famílias (devido ao aumento das pensões de aposentadoria e do regime não contributivo). Por sua vez, os encargos com os juros da dívida e as despesas com pessoal aumentaram 3,7% e 2,5%, respectivamente.

As despesas de investimento totalizaram os 10.957 milhões de escudos a 30 de Junho, representando 39,7% do valor orçamentado. Foram financiadas em 72,3% por empréstimos externos, em 21,9% pelo Tesou- ro e em 5,4% por donativos. Em termos acumulados, as despesas com os projectos relacionados com a expansão e modernização dos portos (Porto Novo, Porto do Vale de Cavaleiros, de Furna, de Sal Rei e da Praia) represen- taram quase 50% do total executado.

Situação Monetária

O ritmo de expansão monetária continua moderado. A massa monetária cresceu 3,4% em Junho, 2,6 pontos percentuais abaixo da variação do primeiro trimestre.⁹ A deterioração da posição externa líquida explica a evolu- ção da massa monetária (M2) no período, na medida em que o crédito à economia e o crédito ao sector público administrativo continuaram a registar crescimentos sig-

nificativos (na ordem dos 12% e 11%, respectivamente).

A diminuição dos activos externos líquidos do país, em cerca de 25%, foi determinada pela redução das reservas internacionais líquidas do Banco de Cabo Verde. Estas, diminuíram 23,9% em termos homólogos, cerca de 63 milhões de euros desde o início do ano, em consequência dos aumentos expressivos das importações e dos rendimentos pagos ao exterior, aliados à redução dos fluxos de transferências oficiais unilaterais e do investimento directo estrangeiro. Os passivos externos dos bancos comerciais diminuíram, contribuindo para o aumento dos seus activos externos líquidos na ordem dos 9%.

O crédito à economia cresceu 11,7% em termos homólogos (10,9% em Maio), mantendo-se como principal determinante do crescimento da oferta de moeda, com um impacto expansionista de 4,5%. Em termos sectoriais, os empréstimos financeiros foram concedidos preferencialmente aos sectores dos transportes e comunicação, da construção e obras públicas, dos serviços sociais e pessoais e outros serviços prestados às empresas, cujos montantes concedidos aumentaram 36,8%, 24,7%, 16,7% e 15,3%, respectivamente. De

notar que o crédito a particulares cresceu 8,2% em termos homólogos, devido ao aumento de 9,6% do crédito à habitação e de 5,7% do crédito concedido para outros fins.

Em Junho, o agregado Monetário M1 cresceu 1,9% em termos homólogos (-0,3% em Maio), determinado pelo aumento em 3% dos depósitos à ordem em moeda nacional. A circulação monetária diminuiu 3,2%, após o decréscimo de 1,7% registado em Maio.

Cerca de 82% do total de depósitos à ordem em moeda nacional foram constituídos pelo sector privado e 15% por emigrantes. Os depósitos das empresas públicas não financeiras e das instituições financeiras não monetárias representavam, respectivamente, 1,8% e 1,3% do total, em Junho.

Os passivos quase monetários cresceram 4,3%, desacelerando 0,5 pontos percentuais relativamente a Maio. Para o abrandamento dos passivos quase monetários contribuíram a redução em 9,9% dos depósitos à prazo de residentes em moeda nacional, a desaceleração do ritmo de crescimento dos depósitos de emigrantes e dos depósitos de poupança, na ordem dos 0,4 e 0,2 pontos percentuais respectivamente, enquanto os

depósitos de residentes em moeda estrangeira atenuaram a tendência de decréscimo dos 7,4% para 0,1%.

As responsabilidades do banco central, representadas pela base monetária, reduziram 5,1% (8,6% em Maio), em resultado das diminuições da emissão monetária (0,3%) e dos depósitos das instituições financeiras (7,8%). Em termos mensais, os depósitos bancários acentuaram a tendência de queda registada desde Maio, determinando a redução do M0 em 4,7% (-3,9% em Maio). Além da redução dos depósitos das instituições bancárias no banco central, o recurso à facilidade de cedência e a redução do *stock* dos títulos emitidos pelo BCV, sinalizam uma redução do excesso de liquidez no mercado bancário.

¹ Registe-se, no entanto, que a economia chinesa cresceu em termos homólogos 9,5% no 2º trimestre, depois de registar um crescimento de 9,7% no 1º trimestre. A ligeira desaceleração poderá estar a reflectir, em certa medida, os efeitos da política monetária que vem sendo seguida desde segundo semestre de 2010. A desaceleração da actividade no Brasil também poderá ser explicado, parcialmente, pela política monetária em curso, que visa trazer a inflação, actualmente nos 6,75%, para o target (4,5%) da Autoridade Monetária.

² Em Junho só foram criados 18.000 postos de trabalho.

³ Em termos homólogos, a inflação permaneceu estável nos 3,4%, valor mais elevado desde Outubro de 2008, e a variação homóloga da core inflation acelerou 0,1 pontos percentuais para 1,6% em Junho.

⁴ Registe-se que em termos globais a performance da Zona Euro no 1º trimestre foi a melhor do grupo das 3 maiores áreas económicas mundiais.

⁵ Os receios dos mercados agudizaram pelo facto da Itália, a 3ª maior economia da união monetária, ter um volume de endividamento público (de cerca 1,9 triliões de Euros, o que representa 120% do PIB) que os instrumentos actuais de resgate financeiro não poderão .

⁶ Os preços da carne, lacticínios e óleos alimentares permaneceram relativamente estáveis, enquanto o preço dos cereais caíram cerca de 1%.

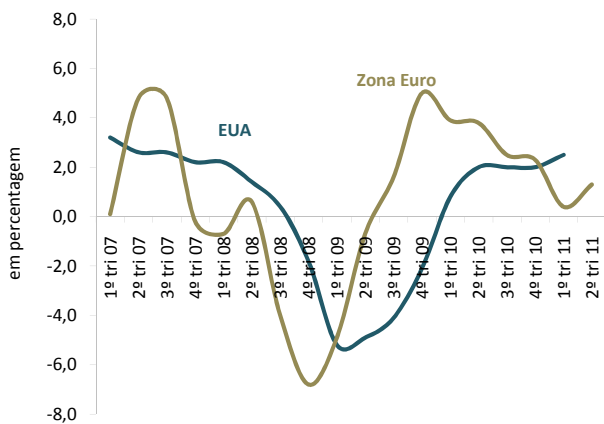
⁷ A análise dos indicadores é feita comparando a média móvel dos últimos três meses com o seu valor homólogo, salvo indicação contrária.

⁸ A análise das diferentes rubricas é elaborada comparando a média móvel dos últimos três meses com o seu valor homólogo, salvo indicação contrária.

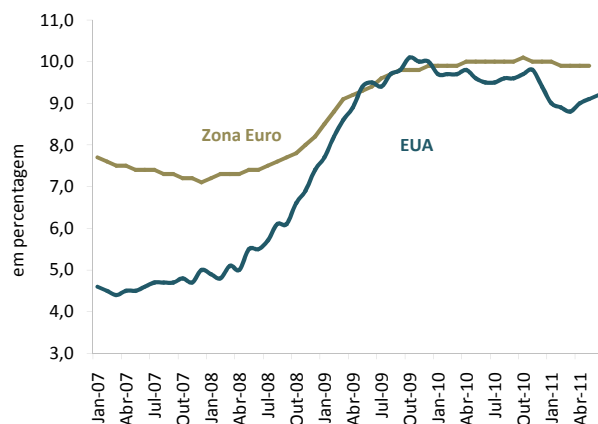
⁹ Toda a análise é feita em termos homólogos, salvo indicação contrária.

Indicadores Económicos Internacionais

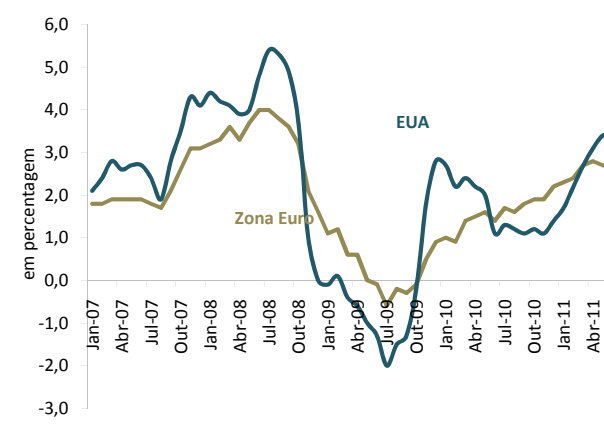
Produto Interno Bruto
(taxa de variação homóloga)



Taxa de Desemprego



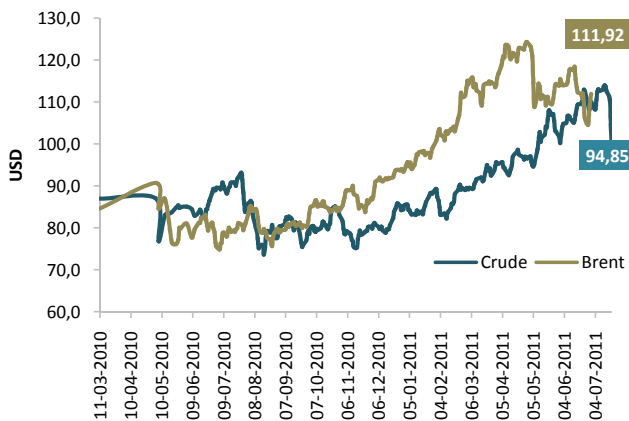
Índice de Preços no Consumidor
(taxa de variação homóloga)



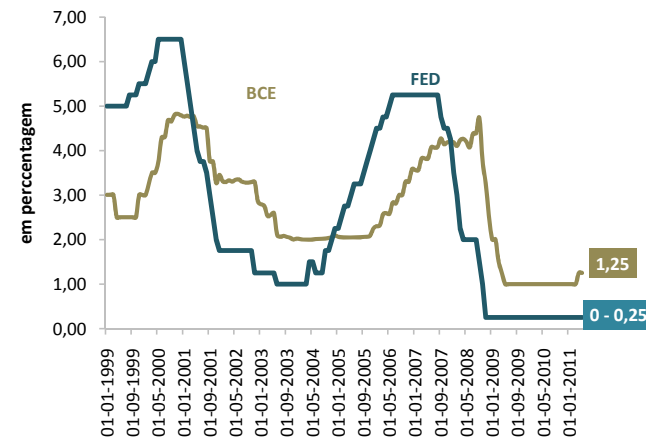
EUR / USD
(valor médio)



Crude / Brent
(valor médio)



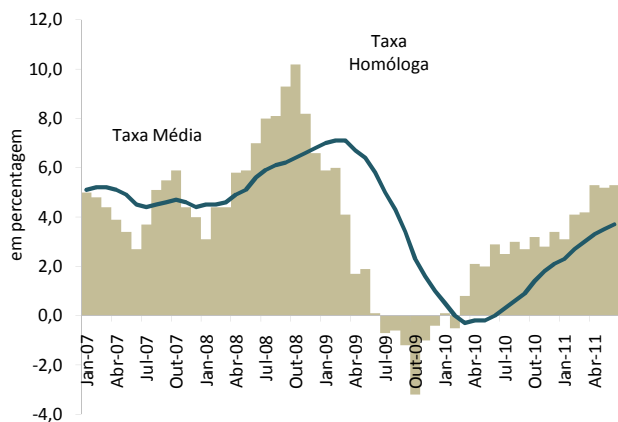
Taxa de Juro de Referência



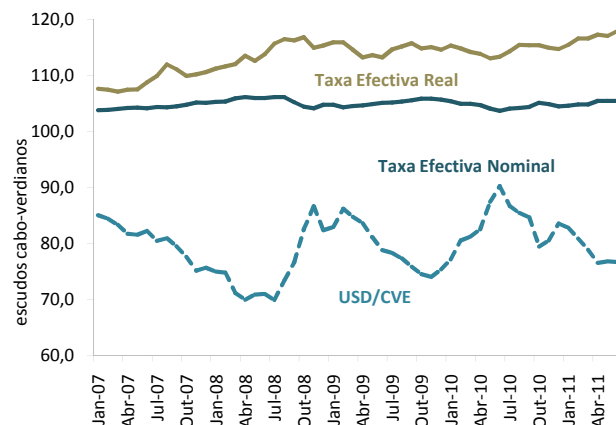
Fonte: Banco de Portugal; Bloomberg; Eurostat

Actividade Económica Nacional

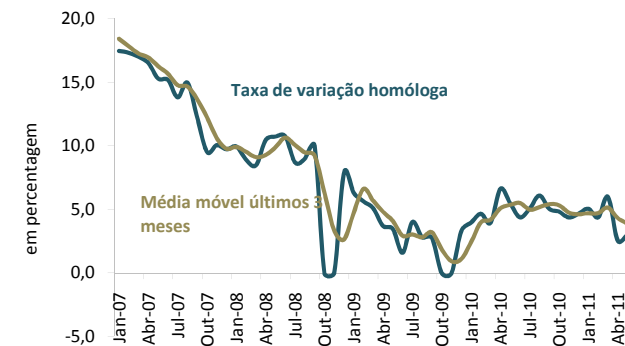
Índice de Preços no Consumidor
Cabo Verde



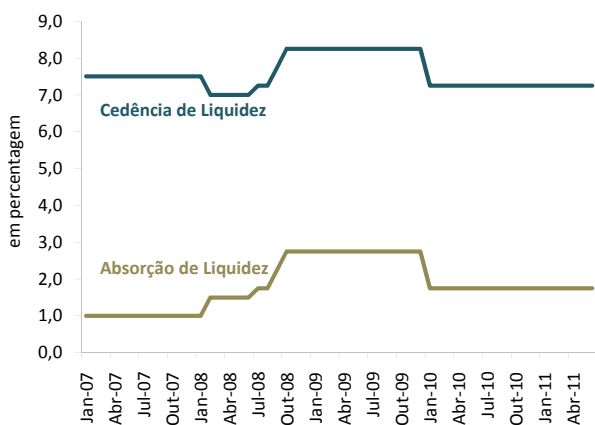
Taxa de Câmbio do CVE



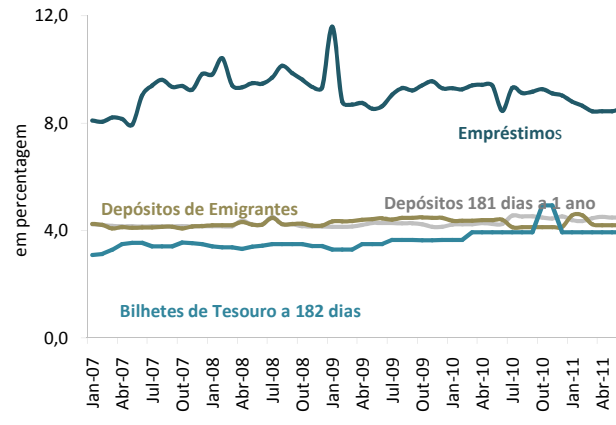
Evolução do Agregado Monetário (M2)
Cabo Verde



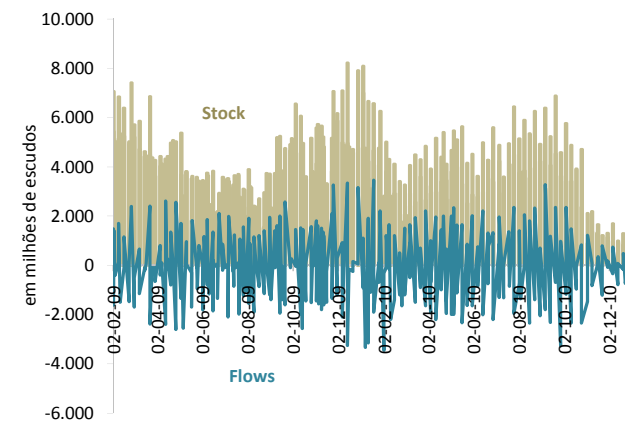
Taxas de Intervenção do
Banco de Cabo Verde



Taxas de Juro de Curto e Longo Prazos
(valores médios)



Intervenções do Banco de Cabo Verde



Fonte: Banco de Cabo Verde; Instituto Nacional de Estatísticas

INDICADORES INTERNACIONAIS

Contas Nacionais

Quadro 1

	2008	2009	2010	2008				2009				2010				2011	
				1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri
Contas Nacionais - Zona Euro																	
Produto Interno Bruto (t.v.h.)	0,4	-4,0	1,7	2,2	1,4	0,4	-1,8	-5,2	-4,9	-4,1	-2,1	0,8	2,0	2,0	2,0	2,5	
Consumo Privado	0,3	-1,0		1,6	0,6	0,0	-0,7	-1,7	-1,2	-1,3	-0,5	0,5	0,6	1,0	1,1	1,0	
Consumo Público	2,2	2,4		1,6	2,1	2,1	2,4	3,0	2,9	3,0	2,0	1,1	0,7	0,4	0,0	0,8	
Formação Bruta de Capital Fixo	-0,9	-11,3		2,6	1,1	-0,6	-5,8	-11,5	-11,4	-11,4	-8,7	-4,7	-0,4	0,6	1,1	3,7	
Exportações	0,7	-13,1		5,5	3,8	1,0	-6,9	-16,4	-17,0	-13,6	-5,2	7,0	13,1	12,1	11,3	9,8	
Importações	0,8	-11,8		4,2	2,5	0,9	-4,0	-13,3	-14,7	-12,4	-7,0	0,6	11,4	10,8	10,8	8,2	
Contas Nacionais - EUA																	
Produto Interno Bruto (taxas de crescimento anualizadas em %)	0,0	-2,6	2,8	-0,7	0,6	-4,0	-6,8	-4,9	-0,7	1,6	5,0	3,9	3,8	2,5	2,3	0,4	1,3
Consumo Privado	-0,3	-1,2	1,8	-0,8	0,1	-3,5	-3,3	-0,5	-1,6	2,0	0,9	2,7	2,9	2,6	3,6	2,1	0,1
Consumo Público	2,8	1,6	1,0	2,3	3,3	5,3	1,5	3,0	6,1	1,6	-1,4	-1,2	3,7	1,0	-2,8	-5,9	-1,1
Formação Bruta de Capital Fixo	-9,5	-22,6	16,8	-9,4	-7,6	-12,5	-36,8	-42,2	18,5	11,8	26,7	31,5	26,4	9,2	-7,1	3,8	7,1
Exportações	6,0	-9,5	11,8	5,7	13,2	-5,0	-21,9	-27,8	-1,0	12,2	24,4	7,2	10,0	10,0	7,8	7,9	6,0
Importações	-2,6	-13,8	12,7	-1,4	2,9	-0,1	-22,9	-35,3	-10,6	21,9	4,9	12,5	21,6	12,3	-2,3	8,3	1,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional, Banco de Portugal; Federal Reserve Board of Governors; US Department of Labor; IFS

t.v.h. - taxa de variação homóloga

INDICADORES INTERNACIONAIS

ÁREA DO EURO

INDICADORES DE ACTIVIDADE, MERCADO DE TRABALHO E INFLAÇÃO

Quadro 2

	2008	2009	2010	2010												2011					
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Indicadores de Actividade																					
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)																					
Total (exclui construção)	-1,8	-14,8	7,1	1,7	4,6	8,0	9,5	9,8	8,5	7,5	8,3	5,8	7,4	7,9	8,9	6,4	7,8	5,9	5,3	4,0	
Indústria Transformadora	-2,0	-15,8	7,4	1,8	4,3	7,9	9,3	9,7	9,1	8,1	9,5	6,6	8,1	8,6	9,5	8,1	9,2	6,8	6,4	5,3	
Bens Intermédios	-3,5	-19,0	9,8	5,0	7,4	12,4	15,6	14,4	12,3	9,6	11,4	7,4	7,8	7,9	8,7	9,8	10,2	7,7	5,4	4,3	
Bens de Investimento	-0,1	-20,8	8,6	-0,7	3,5	5,2	9,4	9,9	9,6	10,1	12,7	8,7	12,9	13,0	16,9	13,3	14,8	11,5	10,4	9,4	
Bens de Consumo		-5,0	3,1	1,2	2,0	5,5	2,6	4,2	4,0	3,6	4,1	1,8	3,3	3,5	2,2	1,5	2,3	1,7	3,3	2,2	
Indicadores de Confiança (v.c.s.)																					
Indicador de Sentimento Económico (índice 1990-2006 = 100)	93,5	80,8	100,8	96,0	95,8	98,0	100,1	98,3	99,0	101,1	102,2	103,4	104,3	105,6	106,9	106,8	108,0	107,3	106,1	105,5	105,1
Indicador de Confiança dos Consumidores (s.r.e.)	-18	-25	-14	-16	-17	-17	-15	-18	-17	-14	-11	-11	-11	-9	-11	-11	-10	-11	-12	-10	-10
Indicador de Confiança na Indústria (s.r.e.)	-9	-28	-5	-14	-13	-10	-7	-6	-6	-4	-3	-2	0	1	5	6	7	7	6	4	3
Indicador de Confiança na Construção (s.r.e.)	-13	-31	-27	-29	-29	-25	-25	-28	-30	-29	-29	-26	-25	-26	-27	-26	-24	-25	-24	-25	-24
Mercado de Trabalho																					
Taxa de desemprego (%) (v.c.s.)*	7,6	9,4	10,0	9,9	9,9	9,9	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,1	10,0	10,0	10,0	9,9	9,9	9,9	9,9	
Inflação																					
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) - Total																					
Taxa de variação homóloga			1,6	1,0	0,9	1,4	1,5	1,6	1,4	1,7	1,6	1,8	1,9	1,9	2,2	2,3	2,4	2,7	2,8	2,7	2,7
Taxa de variação média	3,3	0,3		0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	1,0	1,2	1,4	1,5	1,6	1,7	1,9	2,0	2,1	2,1	2,3
Principais Agregados do IHPC (t.v.h.)																					
Bens	3,8	-0,9	1,8	0,7	0,6	1,3	1,8	1,9	1,5	2,0	1,7	2,1	2,3	2,3	2,9	2,9	3,0	3,4	3,4	3,4	3,2
Alimentares	5,1	0,7	1,0	-0,1	-0,1	0,3	0,7	0,7	0,9	1,3	1,5	1,6	1,7	1,8	2,1	1,9	2,3	2,4	2,2	2,8	2,7
Industriais	3,1	-1,7	2,1	1,1	0,9	1,8	2,3	2,5	1,8	2,4	1,8	2,3	2,6	2,6	3,2	3,4	3,4	4,0	4,0	3,6	3,5
dos quais: energéticos	10,3	-8,1	7,4	4,0	3,3	7,2	9,1	9,2	6,2	8,1	6,1	7,7	8,5	7,9	11,0	12,0	13,1	13,0	12,5	11,1	10,9
Serviços	2,6	2,0	1,4	1,4	1,3	1,6	1,2	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,5	1,6	1,6	2,0	1,8	2,0
Índice de Preços no Produtor - Indústria (exclui construção) (t.v.h.)	6,1	-5,1	2,9	-1,0	-0,4	0,9	2,8	3,1	3,1	4,0	3,6	4,3	4,3	4,5	5,4	6,0	6,6	6,8	6,7	6,2	

Fonte: Banco de Portugal

Obs: Área do Euro inclui a Grécia a partir de Janeiro de 2001

v.a. - valores acumulados

t.v.h.- taxa de variação homóloga

v.c.s.- valores corrigidos de sazonalidade

s.r.e. - saldo das respostas extremas

*actualizado a partir de Janeiro de 2007, de acordo com Indicadores de Conjuntura do Banco de Portugal de Dezembro de 2007

INDICADORES INTERNACIONAIS

ÁREA DO EURO

PRINCIPAIS INDICADORES MONETÁRIOS E FINANCEIROS

Quadro 3

	2008	2009	2010												2011					
	Dez	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Taxas de Câmbio do Euro¹																				
Dólar	1,345	1,461	1,427	1,369	1,357	1,341	1,257	1,221	1,277	1,289	1,307	1,390	1,366	1,322	1,336	1,365	1,400	1,444	1,435	1,439
lène	112,5	131,2	130,3	123,5	123,0	125,3	115,8	111,0	111,7	110,0	110,3	113,7	112,7	110,1	110,4	112,8	114,4	120,4	116,5	115,8
Índice de taxa de câmbio nominal efectiva ²	112,3	113,0	110,9	108,0	107,4	106,2	102,8	100,7	102,5	102,1	102,5	106,1	104,8	102,6	102,4	103,4	105,2	107,0	106,0	106,1
Taxas de Juro																				
Taxas de Intervenção do SEBC																				
Operações de refinanciamento	2,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,25	1,25	1,25
Facilidade permanente de cedência de liquidez	3,00	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	2,00	2,00	2,00
Facilidade permanente de depósito	2,00	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,50	0,50	0,50
Mercado Monetário Interbancário ^{3,4} (em %)																				
Overnight	2,49	0,35	0,34	0,34	0,35	0,35	0,34	0,35	0,48	0,43	0,45	0,70	0,59	0,50	0,66	0,71	0,66	0,97	1,03	1,12
Euribor a 1 mês	2,99	0,48	0,44	0,42	0,41	0,40	0,42	0,45	0,58	0,64	0,62	0,78	0,83	0,81	0,79	0,89	0,90	1,13	1,24	1,28
Euribor a 3 meses	3,29	0,71	0,68	0,66	0,64	0,64	0,69	0,73	0,85	0,90	0,88	1,00	1,04	1,02	1,02	1,09	1,18	1,32	1,43	1,49
Euribor a 6 meses	3,37	1,00	0,98	0,96	0,96	0,96	0,98	1,01	1,10	1,15	1,14	1,22	1,27	1,25	1,25	1,35	1,48	1,62	1,71	1,75
Euribor a 12 meses	3,45	1,24	1,23	1,23	1,22	1,23	1,25	1,28	1,37	1,42	1,42	1,50	1,54	1,53	1,55	1,71	1,92	2,09	2,15	2,14
Taxas de Rendibilidade das Obrigações de Dívida Pública⁴																				
10 anos	3,89	3,88	4,10	4,11	3,49	4,16	3,68	3,34	3,27	3,00	3,03	3,03	3,34	3,73	3,84	3,98	4,02	4,10	3,94	3,91
Mercados bolsistas																				
Índice Dow Jones Euro Stoxx alargado ⁵	219,2	270,2	273,6	257,0	272,6	278,9	252,7	253,2	255,1	258,9	264,6	271,3	272,2	276,5	282,8	292,3	281,9	287,4	284,0	272,9
Agregados monetários (em %, t.v.h.)⁶																				
M3 ⁷	7,5	-0,3	0,0	-0,4	-0,1	-0,2	-0,1	0,2	0,2	1,2	1,1	1,0	2,1	1,7	1,5	2,1	2,3	2,0	2,4	

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura

¹Até Dezembro de 1998 o quadro inclui taxas de câmbio do ECU, valores médios

²Cálculo do BCE, uma variação positiva representa uma apreciação. 1999-T1=100, valores médios

³Até Dezembro de 1998 as taxas de juro da procura de depósitos interbancários em fim de período; a partir de Janeiro de 1999

taxa de juro overnight para área do euro (EONIA) e EURIBOR para os restantes prazos. Em percentagem, valores fim de período taxa de juro overnight para área do EURO

⁴Até Dezembro de 1998 as taxas de juro foram calculadas com base nas taxas nacionais ponderadas pelos respectivos PIB; a partir de Janeiro de 1999 os ponderadores são os montantes em circulação para cada prazo residual. Em percentagem, valores médios

⁵Até Dezembro de 1998 valores de fim de período. Em pontos, valores médios

⁶As taxas de crescimento dos agregados monetários são calculadas com base em *stocks* e fluxos mensais corrigidos de sazonalidade e efeitos de calendário do fim do mês, conforme descrito no Boletim Mensal do BCE.

⁷As taxas de variação do agregado monetário M3 são calculadas com base em valores corrigidos das detenções, por não residentes na área do euro, de acções/unidades de participação em fundos do mercado monetário.

INDICADORES INTERNACIONAIS

EUA

Quadro 4

	2008	2009	2010	2010												2011					
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Indicadores de Actividade																					
Índice de Produção Industrial (t.v.h.)	-3,7	-11,2	5,3	0,3	1,1	3,3	4,6	7,2	7,7	7,5	6,8	6,3	6,0	6,0	6,8	5,8	5,2	5,3	4,8	3,3	3,4
Vendas no Comércio a Retalho (t.v.h.)	-1,2	-7,0	6,4	3,6	4,2	8,2	8,6	6,8	5,2	5,4	3,9	7,4	8,0	7,5	7,6	8,0	9,1	7,5	7,2	7,8	8,1
Mercado de Trabalho																					
Taxa Desemprego (t.v. em %)	5,8	9,3	9,6	9,7	9,7	9,7	9,8	9,6	9,5	9,5	9,6	9,6	9,7	9,8	9,4	9,0	8,9	8,8	9,0	9,1	9,2
Inflação																					
Índice de Preços no Consumidor																					
Taxa de variação homóloga	3,8	-0,3	1,6	2,7	2,2	2,4	2,2	2,0	1,1	1,3	1,2	1,1	1,2	1,1	1,4	1,7	2,2	2,7	3,1	3,4	3,4
Taxa de variação média anual				2,0	1,0	0,9	0,5	0,0	-0,3	0,3	0,6	0,7	0,9	1,0	1,4	4,9	5,8	6,1	5,9	5,1	3,8
Índice de Preços no Consumidor Core (t.v.h.)	2,3	1,7	1,0	1,5	1,3	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,8	0,6	0,7	0,6	0,9	1,1	1,2	1,3	1,5	1,6
Índice de Preços no Produtor (t.v.h.)	6,4	-2,5	4,2	4,8	4,4	6,1	5,4	5,1	2,7	4,1	3,0	4,0	4,3	3,5	4,1	3,7	5,8	5,7	6,6	7,0	7,0

Fonte: Federal Reserve Board of Governors; US Department of Labor; IFS

t.v.h. - taxa de variação homóloga

t.v. - taxa de variação

ECONOMIA NACIONAL

INDICADORES DE ACTIVIDADE

Quadro 5

	2008	2009	2010	2008				2009				2010				2011	
				1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	1º tri	2º tri
Indicadores de Confiança (média móvel dos s.r.e) ¹																	
Indicadores de Confiança na Indústria Transformadora	23,3	18,1	23,2	28,3	28,1	18,2	18,5	15,0	16,4	15,8	24,9	24,0	25,8	24,6	18,4	13,6	9,3
Indicadores de Confiança na Construção	-8,8	-33,3	-26,9	7,9	0,5	-14,3	-29,1	-30,8	-34,3	-31,0	-37,2	-29,8	-27,3	-23,1	-27,5	-28,8	-33,3
Indicadores de Confiança no Comércio em Feira	-8,6	9,4	16,1	-5,6	-15,3	-7,7	-5,9	-1,9	1,9	14,5	22,9	21,3	18,7	17,7	6,7	8,7	11,1
Indicadores de Confiança no Turismo	14,8	-30,0	-28,5	19,8	20,0	18,5	1,0	-14,5	-34,6	-32,3	-38,4	-46,1	-33,1	-26,6	-8,4	-13,4	-1,2
Indicadores de Confiança nos Transportes	33,8	20,8	21,8	31,6	33,3	37,8	32,7	30,4	19,6	16,5	16,6	19,0	21,8	20,8	25,4	31,9	33,1
Indicadores de Confiança no Comércio em Estabelecimento	9,9	-3,5	9,4	12,0	9,3	13,8	4,4	-1,5	-9,0	-4,5	0,9	8,0	8,6	10,7	10,3	14,7	9,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

¹ s.r.e. - saldo de respostas extremas (quociente entre a diferença entre as respostas positivas e as respostas negativas e, o número total de respostas)

ECONOMIA NACIONAL
INDICADORES DE INFLAÇÃO
 Quadro 7

	2008	2009	2010												2011					
	Dez	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Índice de Preços no Consumidor																				
Taxa de variação homóloga	6,6	-0,4	0,1	-0,5	0,8	2,1	2,0	2,9	2,5	3,0	2,7	3,2	2,8	3,4	3,1	4,1	4,2	5,3	5,2	5,3
Taxa de variação média	6,8	1,0	0,5	0,0	-0,3	-0,2	-0,2	0,0	0,3	0,6	0,9	1,4	1,8	2,1	2,3	2,7	3,0	3,3	3,5	3,7
Principais Agregados do IPC (t.v.h.)																				
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	7,0	0,5	1,2	-0,6	0,4	1,4	0,8	1,6	1,0	3,8	4,2	4,5	3,6	4,5	3,8	5,1	5,0	5,6	5,5	6,6
Bebidas alcoólicas e tabaco	0,4	2,2	2,0	1,5	1,6	2,2	1,9	2,9	2,9	2,8	2,2	2,2	2,6	2,6	2,7	3,1	3,3	3,3	3,5	2,9
Vestuário e calçado	5,1	2,5	2,0	3,3	2,5	4,2	4,3	4,1	4,7	2,8	1,7	1,8	2,6	1,4	2,3	3,7	2,9	2,0	1,6	1,7
Rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	5,2	1,2	1,3	2,6	2,6	3,0	2,9	4,0	2,9	2,5	2,5	2,5	2,5	3,5	3,5	3,1	3,0	8,6	9,1	8,5
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	6,0	7,1	5,7	2,8	3,0	2,7	2,8	2,9	1,7	1,2	1,0	1,0	1,4	1,4	1,4	3,1	3,0	2,9	3,3	3,4
Saúde	9,6	1,6	1,3	2,8	2,6	2,2	2,2	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,1	2,1	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Transportes	10,3	-9,9	-9,1	-9,0	-1,5	5,8	6,3	9,6	10,4	5,6	4,2	3,9	3,9	5,1	4,7	7,8	10,3	10,3	10,1	7,4
Comunicações	0,0	-11,2	-11,2	-11,2	-11,2	-11,2	-11,2	-11,2	-11,2	-11,2	-11,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lazer, recreação e cultura	8,5	-7,6	-5,4	-2,9	-2,8	-2,8	-0,7	-0,4	-0,9	-1,1	-0,9	-1,0	-0,9	-0,9	-0,2	0,8	1,3	0,8	0,0	-0,1
Ensino	-1,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	2,2	2,5	1,1	2,8	6,9	5,6	5,0	5,2	6,8	7,0	7,4	7,0	6,6	7,0	7,2	5,2	1,3	3,0	2,9	2,9
Bens e serviços diversos	11,6	6,1	6,9	6,2	6,2	6,0	6,2	6,4	5,8	6,0	2,0	1,7	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,4	0,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, cálculos Banco de Cabo Verde

t.v.h. - taxa de variação homóloga

Nota: A estrutura de consumo da actual série do IPC (2007 = 100), bem como os bens e serviços que constituem o cabaz do indicador foram inferidos com base no Inquérito às Despesas e Rendimentos das Famílias realizado entre Outubro de 2001 e Outubro de 2002. O IPC encontra-se classificado em doze classes de produtos (classificação do consumo individual por objectivo) e a sua compilação resulta da agregação de três índices de preços regionais (Santiago, São Vicente e Santo Antão).

ECONOMIA NACIONAL

PRINCIPAIS INDICADORES MONETÁRIOS E FINANCEIROS

Quadro 8

	2008	2009	2010												2011						
	Dez	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	
Taxas de Câmbio do CVE (valores médios)																					
USD	82,4	75,4	77,1	80,5	81,2	82,5	87,4	90,2	86,7	85,4	84,7	79,4	80,5	83,5	82,8	80,8	78,8	76,5	76,8	76,7	
Libra	122,7	122,4	124,5	126,1	122,3	124,4	128,5	132,9	132,1	133,8	131,6	125,9	128,7	130,3	130,3	130,2	127,7	125,0	125,5	124,5	
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal*	104,8	105,6	105,4	104,9	104,9	104,7	104,1	103,7	104,1	104,2	104,3	105,1	104,9	104,5	104,6	104,8	104,8	105,4	105,4	105,4	
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real*	115,3	114,6	115,3	114,8	114,1	113,9	113,0	113,3	114,3	115,4	115,4	115,4	114,9	114,7	115,4	116,6	116,5	117,2	117,0	117,9	
Taxas de Juro																					
Taxa de Absorção de Liquidez (em %, valores médios)	2,75	2,75	1,75	1,75	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	
Taxa de Cedência de Liquidez (em %, valores médios)	8,25	8,25	7,25	7,25	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	
Taxas de Juro Efectivas Praticadas nas Operações de Crédito (em %, valores ponderados)																					
91 a 180 dias	10,17	11,26	11,58	11,59	11,4	11,1	9,9	10,7	11,1	11,2	11,3	11,2	10,2	11,8	10,7	12,1	9,2	8,73	8,77	9,37	
181 dias a 1 ano	9,33	9,30	9,31	9,26	9,4	9,4	9,4	8,5	9,3	9,1	9,2	9,3	9,1	9,0	8,8	8,6	8,4	8,45	8,45	8,55	
Superior a 10 anos	10,43	10,12	10,10	10,09	10,0	10,0	9,9	9,7	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,3	9,23	9,23	9,26	
Descoberto	15,38	14,95	15,46	15,55	16,1	15,4	15,3	15,9	16,0	16,1	16,0	16,2	16,2	15,7	15,7	15,8	15,7	15,86	15,65	15,60	
Taxas de Juro Efectivas Praticadas nas Operações de Depósitos de Residentes (em %, valores ponderados)																					
31 a 90 dias	2,83	3,40	3,03	3,01	3,1	3,2	3,0	3,0	3,0	3,1	3,2	3,1	3,2	3,4	3,2	3,2	3,5	3,59	3,58	3,22	
91 a 180 dias	3,85	4,26	4,16	3,91	3,9	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,0	4,2	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	3,87	3,78	4,45	
181 dias a 1 ano	4,15	4,14	4,23	4,23	4,2	4,3	4,2	4,3	4,6	4,5	4,5	4,5	4,4	4,5	4,4	4,4	4,5	4,51	4,49	4,50	
1 a 2 anos	4,19	4,47	4,36	4,37	4,4	4,4	4,4	4,4	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,6	4,6	4,2	4,20	4,20	4,18	
Taxas de Juro Efectivas Praticadas nas Operações de Depósitos de Emigrantes (em %, valores ponderados)																					
31 a 90 dias	3,43	3,48	3,46	3,46	3,5	3,5	3,5	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,49	3,49	3,67	
91 a 180 dias	4,13	4,08	4,12	4,16	4,2	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,2	4,2	4,16	4,11	4,16	
181 dias a 1 ano	4,32	3,71	4,14	4,13	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,15	4,14	4,14	
1 a 2 anos	4,25	4,44	4,77	4,76	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	5,0	4,94	4,91	4,92	
Bilhetes de Tesouro (em %, valores ponderados)																					
91 dias	3,40	3,59	3,63	3,63	3,6	3,9	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	3,9	4,0	4,0	4,0	
182 dias	3,42	3,64	3,64	3,64	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	4,9	4,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	
364 dias	3,63	3,63	3,63	3,63	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	
Agregados Monetários (t.v.h. em %, fim período)																					
Activo Externo Líquido	-6,3	-1,7	0,7	-3,8	-5,0	6,5	5,0	9,2	11,2	13,3	8,3	10,0	13,6	6,4	7,1	4,2	-1,26	-18,8	-24,3	-24,9	
Reservas Internacionais Líquidas do Banco de Cabo Verde	8,0	-1,5	-3,2	-4,8	-2,3	1,3	5,2	8,4	10,5	12,3	8,1	13,2	13,8	7,2	7,0	3,51	-7,16	-12,5	-19,1	-23,0	
Activo Interno Líquido	14,8	5,3	5,2	8,2	7,6	6,7	5,7	2,7	2,9	3,6	3,9	3,1	1,9	4,0	4,3	4,5	8,6	11,0	13,7	14,0	
M2	7,9	3,3	4,0	4,7	4,0	6,6	5,5	4,4	5,1	6,1	5,1	4,8	4,4	4,7	5,1	4,4	6,0	2,6	3,0	3,4	
M1	4,5	-5,5	4,0	3,3	-0,5	1,2	1,3	-2,4	-4,3	-3,5	-3,8	-2,2	-8,2	7,4	1,4	1,8	3,6	-1,5	0,2	1,9	
Agregados de Crédito Bancário (t.v.h. em %, fim período)																					
Crédito Interno Líquido	18,8	10,8	10,0	10,8	11,1	10,6	9,3	7,2	6,2	7,6	8,4	6,9	6,4	5,8	6,5	6,5	9,4	11,4	11,6	13,7	
Crédito Líquido às Administrações Públicas	-8,2	7,0	7,2	9,7	12,9	13,4	1,0	-8,2	-14,7	-5,3	2,0	-0,5	-4,4	-8,2	-2,6	-5,7	10,2	14,2	14,5	23,2	
Crédito à Economia	28,7	11,8	10,8	11,1	10,7	9,9	11,5	11,2	11,8	10,9	10,0	8,9	9,4	9,3	8,8	9,5	9,3	10,7	10,9	11,7	
Empresas Públicas não Financeiras	-48,0	-33,1	-37,1	-40,9	-43,6	-48,2	-47,1	-14,3	-18,0	-14,7	-20,3	-2,4	-19,2	-3,5	235,0	311,7	350,3	488,5	448,1	274,9	
Empresas Privadas, Mistas e Particulares	29,5	12,0	11,0	11,3	10,9	10,1	11,7	11,3	11,9	11,0	10,1	8,9	9,4	9,3	8,3	8,9	8,6	9,9	10,2	11,0	

Fonte: Banco de Cabo Verde

*2001=100

ECONOMIA NACIONAL

OPERAÇÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA COLOCADAS ATRAVÉS DE LEILÕES

Quadro 9

Data de Colocação	Tipo Instrumento	Prazo dias	Taxa de Juro (%) Média Ponderada	Proposta	Colocação	Stock de Emissões
				em milhões de CVE		
21-03-11					-3.270	3.600
28-03-11	TRM	14	4,250	970	970	4.570
28-03-11					-1.170	3.400
04-04-11	TRM	14	4,250	2.350	2.350	5.750
04-04-11					-2.350	3.400
11-04-11	TRM	14	4,250	1.470	1.470	4.870
11-04-11					-970	3.900
14-04-11					-30	3.870
18-04-11	TRM	14	4,250	830	830	4.700
18-04-11					-2.350	2.350
25-04-11					-1.470	880
27-04-11	TRM	14	4,250	1.220	1.220	2.100
02-05-11	TRM	14	4,250	80	80	2.180
02-05-11					-830	1.350
04-05-11					-50	1.300
09-05-11	TRM	14	4,250	340	340	1.640
11-05-11					-1.220	420
16-05-11	TRM	14	4,250	780	780	1.200
16-05-11					-80	1.120
23-05-11	TRM	14	4,250	170	170	1.290
23-05-11					-340	950
30-05-11	TRM	14	4,250	735	735	1.685
30-05-11					-780	905
06-06-11	TRM	14	4,250	70	70	975
06-06-11					-170	805
13-06-11	TRM	14	4,250	470	470	1.275
13-06-11					-735	540
20-06-11	TRM	14	4,250	80	80	620
20-06-11					-70	550
27-06-11	TRM	14	4,250	70	70	620
27-06-11					-470	150

Fonte: Banco de Cabo Verde

TIM - Títulos de Intervenção Monetária, emitidos pelo BCV para prazos até 52 semanas

TRM - Títulos de Regularização Monetária, emitidos pelo BCV para prazos até 14 dias

